

O PREÇO DO ATRASO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Gilmar Mendes Lourenço

Apesar de ostentar o *status* de sétima maior economia do planeta, o Brasil ainda amarga enorme distância em relação às nações avançadas na área educacional. Tal fenômeno, explicado primordialmente pelo descaso e, por extensão, retardo na educação, torna-se evidente através do exame da versão 2014 de um levantamento denominado “Índice para uma vida melhor” (*better life index*), realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Projetos, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que congrega as 36 principais economias com renda média e alta.

Segundo a organização, mesmo tendo uma jornada de trabalho superior à média dos países considerados ricos, o brasileiro é o mais pobre no conjunto dos espaços geográficos investigados, em razão da menor produtividade por trabalhador, associada aos diminutos patamares quantitativos e qualitativos de instrução, que, por sinal, contribuem de forma relevante para a menor geração de produto social.

Tanto que o País registra a menor renda *per capita* entre os 36 pesquisados, figurando na 79ª posição no mundo, embora esteja classificado no 11º posto em tempo superior a 50 horas semanais dispendido pelo fator trabalho, o que representa 11% do contingente empregado, ante 15,4% no Chile, 11% nos Estados Unidos (EUA) e 6% na Alemanha.

Tal incongruência está diretamente ligada ao fato de que somente 42% da população adulta, pertencente à faixa compreendida entre 25 e 64 anos, encerrou os estudos de nível médio, *versus* 75% para a média da OCDE, 72% para o Chile, 86% para a Alemanha e 89% para os EUA. Ainda nessa classe, apenas 12% possui o diploma de terceiro grau, o menor nível da OCDE (média de 33%). O pior é que 57% das pessoas com idade entre 25 e 34 anos completaram o segundo grau, contra 82% no cotejo mundial.

Não bastasse essa defasagem, o País carrega a pior performance no *Programme for International Student Assessment* (PISA), avaliação preparada pela OCDE para aferir o conhecimento acadêmico de estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências. A pontuação

média dos discentes brasileiros é 406, inferior à da organização (497), considerando os 439 pontos do Chile, 494 dos EUA e 514 da Alemanha.

Adicionalmente, o Brasil situou-se abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), da rede pública e privada, estimado pelo Ministério da Educação, atingindo 4,2 pontos, em 2013, ante um objetivo de 4,4 pontos. Outro complicador, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), repousa na evasão escolar do básico, calculada em 24% no País, contra 2,6% no Chile, 4,8% no Uruguai, e 6,2% na Argentina.

Nesse particular, não seria ocioso lembrar uma das argumentações centrais desenvolvidas pelo economista Thomas Piketty, professor da *École d'Économie* de Paris (*Paris School of Economics*), em polêmica obra de 940 páginas, que sublinha o conhecimento e a educação como os dois pilares da diminuição estrutural da desigualdade.

Mesmo com mais de 1 milhão de pessoas desempregadas nos espaços metropolitanos, a absorção do fator trabalho no País esbarra na sua insuficiente e/ou inadequada qualificação. Ademais, a despeito da elevação da escolaridade, comprovada pelo salto quantitativo demonstrado pela expansão do contingente de alunos matriculados, nas diferentes escalas de aprendizagem, percebe-se expressivo grau de analfabetismo funcional, inclusive, surpreendentemente, nos meios universitários. De acordo com o Instituto Paulo Montenegro, 38% da população com acesso ao ensino superior acusa dificuldade de entendimento de textos convencionais e de resolução de operações de matemática básica.

Igualmente relevante é a escassa aderência entre a formação universitária e o perfil de profissional demandado pelas organizações produtivas, atestando a pouca sintonia entre projetos acadêmicos e necessidades técnicas manifestadas pelo mercado, em contraste com o verificado nas nações emergentes e avançadas.

Cumprir reconhecer a natureza inclusiva de algumas políticas do governo federal, assentadas no crédito educacional subsidiado, lançadas a partir de 2005, particularmente a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), beneficiando estudantes com renda

mensal familiar de até três e um e meio salários mínimos *per capita*, com bolsas de até 50% do valor das mensalidades e integrais, respectivamente.

Houve ainda a ampliação da abrangência do Financiamento Estudantil (FIES), depois de 2010, dirigido prioritariamente a discentes excluídos do PROUNI, cobrando taxas de 3,4% ao ano, com 18 meses de carência, depois da colação de grau, e tempo de pagamento equivalente a três vezes a duração do curso, acrescido de um ano. Os contratos do FIES aumentaram mais de sete vezes entre 2010 e 2014, subindo de 76,2 mil para mais de 570 mil. Na mesma linha, os empréstimos nonuplicaram nos últimos quatro anos, passando de R\$ 1 bilhão em 2010 para R\$ 9 bilhões em 2014.

No entanto, ao contabilizarem significativa massa de alunos assistidos (1,4 milhão, o Prouni, e 1,7 milhão, o FIES) com enorme carga de subsídios, os dois programas necessitam de profunda revisão, por conta da exagerada concentração da demanda de favorecidos em cursos de carreiras saturadas, como direito e administração, em detrimento da disputa de vagas em medicina e licenciaturas em ciências e matemática.

Por tudo isso, afigura-se prioritário o planejamento e a implementação de ações voltadas ao aprimoramento qualitativo do ensino no País. Em vez da rendição política às bandeiras e pleitos circunstanciais, e por vezes pontuais, por alargamentos de dotações orçamentárias destinadas à área, seria interessante a busca de emprego mais racional dos recursos disponíveis, ao lado de iniciativas estruturais com foco eminentemente qualitativo.

Entre as medidas de base emerge a introdução de modelos contemporâneos de gestão, a permanente revisão e atualização das matrizes curriculares, a modernização dos procedimentos pedagógicos, o aumento do número de horas de ensino e a recuperação, adequação e automação dos ambientes físicos das escolas.

É crucial a viabilização financeira do acesso e permanência de estudantes a escolas privadas menos subordinada a benesses oficiais

A par disso, é crucial a viabilização financeira do acesso e permanência de estudantes a escolas privadas menos subordinada a benesses oficiais e mais amparada no barateamento estrutural do custeio dos estudos. Para isso, urge a redução da carga tributária incidente sobre o preço final dos materiais escolares, atualmente beirando os 50%, além da introdução de critérios econômicos mais completos para a precificação das mensalidades cobradas, privilegiando custos variáveis e economias de escala.

Porém, embora o caráter imprescindível desse elenco de tarefas, sua eficácia plena na multiplicação da qualidade da educação brasileira requer a deflagração de processos de preparação e valorização dos professores, na perspectiva de transmissão e produção compartilhada de conhecimentos e formação de profissionais habilitados a organizar soluções baseadas em análises menos rasteiras, aderentes à natureza complexa e diversificada de mercados em contínua mutação; aspecto não coberto, por exemplo, pelo Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011, envolvendo mais de R\$ 4 bilhões e apresentando taxa de desistência de quase 60%.